



RESUMO EXECUTIVO
58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE
MEDICAMENTOS (CNPURM)

Data: 23/09/2025

Local: Microsoft Teams

PARTICIPANTES:

Secretariado:

Ana Cristhina Sampaio Maluf (DAF), Ana Liani Beisl Oliveira (DAF), Daniela Rabelo Reis (SESAI), Felipe Ricardo Cachate Torres (DAF), Juliana Veríssimo (DAF), Júlio César Vieira (DAF), Larysa de Moraes Alves da Cruz (DAF), Lívia de Souza Soares (DAF), Mauren Luciana Estevam (DAF), Mhayra Zudmilla Veloso Vidal (DAF), Nélio Gomes de Moura Júnior (DAF), Vinícius Detoni Lopes (DAF).

Integrantes:

Célia Machado Gervásio Chaves (Fenafar), Celmário Castro Brandão (SAPS), Claudio Nishizawa (Anvisa), Débora Raymundo Melecchi (CNS), Elton da Silva Chaves (Conasems), Emília Vitória da Silva (ouvinte), Helder Teixeira Melo (SAES), Jaqueline Rocha Borges dos Santos (SECTICS), José Rodrigues Freire Filho (SGTES), Lucieda Araújo Mendonça (SGTES), Luciane Anita Savi (Conasems), Marco Aurélio Pereira (DAF), Natália Franco Veloso (OPAS), Pamela Alejandra Saavedra (CFF), Patrícia Gonçalves Freire dos Santos (SAES), Rodrigo Luís Taminato (ouvinte), Sérgio Martuchi (Cofen), Vera Lucia Luiza (Fiocruz).

Siglas:

Anvisa: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CFF: Conselho Federal Farmácia

CNS: Conselho Nacional de Saúde

Cofen: Conselho Federal de Enfermagem

Conasems: Conselho Nacional de Secretários Municipais

DAF: Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

Fenafar: Federação Nacional dos Farmacêuticos

Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz

OPAS: Organização Pan-Americana da Saúde

SAES: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde

SAPS: Secretaria de Atenção Primária à Saúde

SESAI: Secretaria Especial de Saúde Indígena

SGTES: Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde

PAUTAS DA REUNIÃO

- 1- Informes;
- 2- Apreciação da ata da 57ª reunião ordinária do CNPURM;
- 3- Avaliação das ações concretizadas por Eixo Temático em comparação com as ações planejadas no biênio;
- 4- Assuntos gerais.

1- INFORMES

Jaqueline Rocha (SECTICS) informou sobre o avanço no Projeto de Lei (PL) nº 2.158/2023 que permite a venda de medicamentos em supermercados com a elaboração e a aprovação de texto substitutivo do inicialmente proposto no referido PL na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Entre as mudanças previstas no novo texto, Jaqueline Rocha (SECTICS) destacou a exigência de que a comercialização de medicamentos ocorra exclusivamente em farmácias localizadas dentro dos supermercados. Além disso, será obrigatória a presença de um profissional farmacêutico durante todo o horário de funcionamento da farmácia. O texto também prevê medidas para um controle mais rigoroso da venda de medicamentos sujeitos ao controle especial, como a obrigatoriedade de que o pagamento desses produtos seja realizado diretamente na farmácia, e não nos caixas do supermercado. O projeto segue agora para análise na Câmara dos Deputados.

Vera Luiza (Fiocruz) anunciou que foi incluída em um grupo de especialistas formado com o objetivo de celebrar os 50 anos da Lista de Medicamentos Essenciais da Organização Mundial da Saúde (OMS) e publicar artigos sobre o tema. Vera Luiza (Fiocruz) sugeriu que o Comitê submetesse um artigo para somar às publicações, aproveitando a oportunidade para contribuir com a experiência do Brasil.

O diretor do DAF, Marco Aurélio Pereira, fez a fala de abertura dando boas-vindas e saudando a todos e todas presentes na reunião. Em seu discurso, ressaltou a importância do tema Uso Racional de Medicamentos, que tem sido tratado em diversos âmbitos de atuação do DAF e das atividades do CNPURM. Aproveitou para saudar a todos e todas as trabalhadoras do DAF que contribuem para as ações do CNPURM, destacando o trabalho que Jaqueline Rocha (SECTICS) tem desempenhado à frente do CNPURM. Finalizou desejando uma boa reunião a todos os membros.

Felipe Cachate (DAF) lembrou aos presentes que esta reunião é a última reunião do biênio 2023 - 2025 e que o secretariado enviará os ofícios para as instituições que compõem o CNPURM para que estas indiquem seus representantes.

2- APRECIÇÃO DA ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPURM

Destaques: Ata da 57ª Reunião Ordinária do CNPURM aprovada.

Encaminhamento: A partir desta reunião, e em conformidade com o regimento deste Comitê, a ata será substituída por Resumo Executivo das reuniões do CNPURM.

3- AVALIAÇÃO DAS AÇÕES CONCRETIZADAS POR EIXO TEMÁTICO EM COMPARAÇÃO ÀS AÇÕES PLANEJADAS NO BIÊNIO

Eixo Regulação: Felipe Cachate (DAF) apresentou o balanço das cinco ações do plano de trabalho de Regulação do Uso Racional de Medicamentos (URM) para o biênio 2023-2025:

- PL nº 2158/2023 que modifica a Lei nº 5991/1973: Situação - Concluída. O Comitê atuou na defesa da posição do Ministério da Saúde contrária à comercialização irrestrita de medicamentos isentos de prescrição (MIP) em supermercados. Como resultado dessa atuação, foi aprovado um texto substitutivo ao PL nº 2158/2023, que estabelece a existência de um local específico para a dispensação dos medicamentos e a obrigatoriedade da presença de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento da farmácia ou drogaria instalada na área de venda de supermercados;
- Revisão da RDC 98/2016 (Anvisa): Situação - Cessada. O projeto de revisão da lista de MIP pela Anvisa não avançou internamente, impedindo a participação do Comitê;
- Aprimoramento do Programa Farmácia Popular: Situação - Descontinuada. A proposta de inserir contrapartidas relacionadas à promoção do URM nas farmácias cadastradas foi considerada de difícil implementação visto que demandaria alterações nas normas e legislações que regulamentam o Programa;
- Regulação de Propagandas: Situação - Paralisada. A Anvisa apresentou seu sistema de fiscalização em mídias sociais. Além disso, foi realizada, no âmbito do CNPURM, uma palestra sobre o tema, na qual a palestrante Mariana Collanti (Anvisa) informou sobre possível atualização da Resolução da Diretoria Colegiada nº 96/2008 ou a elaboração de uma nova RDC para substituí-la, processos no quais o CNPURM poderia contribuir. No entanto, não houve atualização sobre o andamento desses processos por parte da Anvisa;
- Inserção do tema URM nas Diretrizes Curriculares dos cursos da Área da Saúde: Situação - Em Andamento. Esta ação culminou na formação de um Grupo de Trabalho (GT), que conta com representantes do Conselho Federal de Nutrição (CFN) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e com membros do CNPURM. O GT teve como plano de ação as seguintes atividades: elaboração de uma Nota Técnica; realização de um webinar com o tema “Uso Racional de Medicamentos na Perspectiva das Categorias Profissionais da Área da Saúde”, que ocorreu no dia 07 de maio de 2025 e contou com a participação de diversos Conselhos Federais de categorias da área da saúde; construção de um livro a fim de ser utilizado como material orientativo para a inserção do tema na formação dos profissionais da área da saúde. Todas as ações planejadas foram apresentadas e aprovadas no Fórum dos Conselhos da Área da Saúde (FCFAS). Jaqueline Rocha (SECTICS) reiterou o convite aos membros interessados para participarem na elaboração do livro.

O novo representante do Cofen, Sergio Martuchi, iniciou sua participação na reunião manifestando apoio integral ao trabalho do Grupo e à proposta do livro sobre a inclusão do URM nas diretrizes curriculares. Sergio Martuchi se prontificou a integrar o GT e contribuir ativamente na elaboração do livro. Também ressaltou a urgência da abordagem do tema para a Enfermagem, especialmente após as recentes atualizações normativas que ampliaram a prescrição de antibióticos e outros medicamentos por enfermeiros.

Ele concluiu que a Enfermagem, por estar totalmente envolvida nos processos de prescrição e administração, deve ter voz ativa neste tema.

Elton Chaves (Conass) fez algumas reflexões para o Eixo Regulação:

- Ressaltou que o Comitê deveria ampliar sua atuação com a Anvisa, aproveitando o momento oportuno de mudança na diretoria para estabelecer um diálogo mais estratégico;
- Sugeriu maior enfoque em ações pedagógicas que promovam as boas práticas de prescrição e dispensação, incentivando as drogarias de forma mais abrangente, e não apenas sobrecarregando os farmacêuticos;
- Destacou a necessidade de monitorar o debate sobre transparência dos preços dos medicamentos, que tem impacto no acesso e, conseqüentemente, no URM;
- Questionou o abandono da pauta da Farmácia Popular. Sugeriu que, se não for viável tornar o URM obrigatório no programa, o Comitê insista em um processo de recomendação mais formal para todas as farmácias credenciadas, aproveitando o status do DAF como gestor de um programa federal.

Felipe Cachate (DAF) concordou que a observação de Elton sobre o Programa Farmácia Popular é válida, mas justificou a suspensão da proposta de URM com base na análise interna do DAF. Segundo o departamento, as mudanças não eram viáveis no momento devido às barreiras logísticas e regulatórias, especialmente pela necessidade de alterar portarias.

Felipe Cachate (DAF) indicou que a essência da proposta não foi abandonada, mas está sendo trabalhada de outra forma. Existe uma visão de que o Cuidado Farmacêutico será uma contraproposta palpável a ser inserida junto ao Programa Farmácia Popular, e o tema está sendo discutido internamente. Agradeceu a visão de Elton sobre as duas frentes (Anvisa e Farmácia Popular), e confirmou que as propostas que não avançaram — incluindo a do Farmácia Popular e a discussão sobre o preço dos medicamentos (regulação econômica) — são candidatas a serem retomadas e aprofundadas no próximo biênio.

Vera Luiza (Fiocruz) iniciou sua contribuição manifestando concordância com a fala de Elton Chaves (Conass). Além disso, destacou a importância do livro e sugeriu estratégias para garantir a captura de diferentes experiências exitosas em diversos cursos. Ela enfatizou a necessidade de estabelecer um método de busca para captar de forma ampla essas vivências, citando como exemplo a inclusão de cursos de Educação Física e a discussão sobre o uso de hormônios. Deste modo, propôs que o tema pudesse ser um eixo temático no próximo Congresso, com o objetivo de facilitar a coleta dessas experiências sobre como diferentes categorias profissionais abordam o URM, incluindo o trabalho dos Núcleos de Educação Permanente (NEP). Por fim, sugeriu que fosse avaliada a possibilidade de se organizar um número especial de uma revista científica. Essa iniciativa usaria o Congresso como plataforma para uma captura mais ampla de experiências. Ela citou a revista "Trabalho, Educação e Saúde", da Escola Politécnica da Fiocruz, como uma opção provável para acolher um número especial.

Célia Chaves (Fenafar) apontou a necessidade de o grupo estabelecer uma conversa mais ampla e antecipada com a nova Diretoria da Anvisa. Ela argumentou que as tentativas passadas foram muito pontuais e frustrantes,

e que a mudança na presidência é uma oportunidade para buscar uma interlocução estratégica. O objetivo é alinhar as aspirações do grupo com o momento oportuno para que as ações sejam mais incisivas e efetivas, evitando que o Comitê seja consultado tardiamente acerca de processos regulatórios, como consultas públicas. Célia estendeu a necessidade de alinhamento junto ao DAF, especialmente em relação ao Programa Farmácia Popular, sugerindo que as propostas do grupo precisam estar vinculadas com as prioridades da gestão para garantir que tenham evolução e não gerem frustração. A meta é maximizar a efetividade do grupo através da sincronização com os órgãos reguladores.

Jaqueline Rocha (SECTICS) concordou com Célia Chaves (Fenafar) sobre a dificuldade de participação efetiva nos processos de consultas ou construções que envolvem resoluções associadas à Anvisa. Ela observou que o DAF recebeu outrora pedido para contribuição na construção de resolução em etapa avançada e final, o que impede a participação conjunta e dialógica desde o início. Para o próximo biênio, o foco será em planejar ações mais assertivas e exequíveis, com menos propostas, mas que estejam bem articuladas com as políticas de saúde e com o que é realmente possível de ser feito.

Eixo Pesquisa: O balanço do Eixo Pesquisa, apresentado por Ana Liani (DAF), mostrou que a principal conquista do biênio foi a publicação do *ebook* da 5ª edição do Prêmio Lenita.

No entanto, a maioria das demais iniciativas — incluindo a 6ª edição do Prêmio Lenita, a participação na construção da Pesquisa Nacional sobre o Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos no Brasil (PNAUM), o estudo sobre ações e atividades relacionadas ao URM realizadas em outros países, e a organização do 8º Congresso de URM — estão concluídas em nível de pré-trabalho e atualmente aguardam aprovação e encaminhamentos de instâncias superiores, como o DAF e a Secretaria de Ciência, Tecnologia, e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (SECTICS). A reflexão final sugere que, para o próximo biênio, o Eixo deve focar em ações que dependam mais da capacidade de decisão interna do Comitê, para garantir maior efetividade na entrega das ações planejadas.

Jaqueline Rocha (SECTICS) comunicou que o Congresso, inicialmente planejado para este ano, foi adiado para o próximo ano devido às mudanças na gestão ministerial. O Prêmio, que seria realizado em conjunto, encontra-se em situação incerta e com prazo apertado. Ela enfatizou a necessidade de focar em ações com menor dependência de atores externos, visto que essa interdependência tem limitado o avanço dos projetos.

Célia Chaves (Fenafar) confirmou que, apesar de o Prêmio e o Congresso serem as principais ações do Eixo Pesquisa, eles têm uma limitação institucional por dependerem da aprovação da SECTICS e do Ministério da Saúde (MS), especialmente por envolverem recursos financeiros. Ela concluiu que o Comitê não tem total liberdade de ação e que o desafio central é realizar ações de impacto que não exijam aprovação superior ou que possam ser executadas integralmente com recursos humanos e financeiros internos.

Jaqueline Rocha (SECTICS) concordou com a análise de Célia (Fenafar) em relação a falta de governabilidade do Comitê frente às suas principais ações, como o Congresso e o Prêmio Lenita, pois dependem da definição de recursos e dotação orçamentária aprovada pela SECTICS. Para contornar essa limitação, ela sugeriu focar

em iniciativas internas com maior controle pelo CNPURM, como a realização de revisões sistemáticas que apoiem a tomada de decisões. Por fim, alertou sobre a urgência em definir a data do Congresso para o próximo ano, especialmente se o Prêmio Lenita for incluído, devido ao tempo necessário para o edital.

Eixo Educação: Júlio Cesar (DAF) apresentou o balanço do Eixo Educação, cuja atuação se concentrava originalmente em quatro ações, com destaque para a dificuldade de inserir a temática do URM no Programa Saúde na Escola (PSE) do Ministério da Educação (MEC).

O principal desafio encontrado foi a baixa governabilidade dessa ação. Por depender de um fluxo interministerial complexo, não foi possível simplesmente inserir o URM no regimento do PSE como o Comitê havia proposto. O resultado mais significativo foi a realização de um webinar sobre o uso indevido de produtos de saúde intensificado pelas redes sociais, um tema relevante para a população juvenil do PSE. Ele concluiu que o planejamento para o próximo biênio deve focar em reestruturar a metodologia, pensando em atividades de execução paralela e em ações que garantam maior governabilidade, aumentando o rendimento do eixo e a visibilidade do Comitê.

Apesar dos obstáculos, o eixo continua a contribuir com iniciativas mais amplas do Comitê, como a participação no GT de inclusão do URM na formação de profissionais de saúde e na elaboração de um livro.

Emília Vitória (ouvinte) parabenizou o grupo pelo trabalho e manifestou interesse no Eixo de Educação, especificamente na atuação em escolas. Ela ofereceu uma oportunidade de colaboração e replicação das ações do Comitê. Emília integra o projeto de pesquisa "Escola Cidadã", promovido pelo Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde (ECoS) vinculado à Universidade de Brasília (UnB), cujo trabalho envolve o desenvolvimento de ações de educação em saúde em diversas escolas do Distrito Federal (DF). A proposta é que o projeto possa utilizar os materiais educativos e divulgar as ações relacionadas ao URM desenvolvidas pelo Comitê nas escolas que atende, ampliando assim o alcance da discussão do tema.

Eixo Informação: O eixo começou o biênio com diversas ideias, como a criação de um selo próprio e a disseminação de pautas positivas, mas logo percebeu a impossibilidade de executar a totalidade dos planos. A equipe optou por repactuar as ações, concentrando-se principalmente em promover a visibilidade por meio do sítio eletrônico.

A ação de maior sucesso foi a atualização da página oficial do Comitê, que será mantido como a principal ferramenta de comunicação, incluindo a publicação das atas de reuniões. Além disso, o eixo atua de forma transversal, apoiando os demais grupos na divulgação de webinários e na elaboração do livro.

O desafio central, contudo, reside na baixa autonomia para a comunicação. Mhayra Vidal (DAF) explicou que o eixo depende da demanda da Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM) do MS. O Comitê não pode simplesmente disseminar informações, mas sim receber as demandas da ASCOM e, muitas vezes, atuar apenas na conferência técnica dos materiais criados por eles. A equipe concluiu que agiu dentro do que estava ao seu alcance, mas que essa dependência impõe barreiras significativas à execução plena das ações de comunicação planejadas.

Não houve apresentação do Eixo Antimicrobianos.

Encaminhamentos:

Sérgio Martuchi (Cofen) manifestou interesse em participar do GT, responsável pelas ações relacionadas a inserção do tema URM nas formações da Área da Saúde, e contribuir ativamente para a construção do livro.

Jaqueline Rocha (SECTICS) comunicou que um formulário, elaborado com a finalidade de avaliar as ações concretizadas no presente biênio, será enviado aos membros para ser preenchido. O resultado consolidado será apresentado na reunião ordinária que acontecerá no mês de dezembro, bem como atualização das próximas ações a serem tomadas.

4- ASSUNTOS GERAIS

Destaques:

Larrysa de Moraes (convidada, DAF) apresentou o instrumento de avaliação documental que será utilizado para promover uma reflexão sobre as ações e pactuações realizadas por cada eixo ao longo do biênio. O formulário de avaliação, a ser respondido coletivamente, no qual cada eixo enviará apenas uma única resposta, tem como objetivo central identificar os sucessos e os desafios enfrentados. A avaliação é composta por sete perguntas breves que visam colher dados estratégicos sobre as potencialidades, desafios e expectativa, sob a perspectiva do eixo. O link para o formulário será enviado no dia 25 de setembro e estará disponível para coleta das respostas até o dia 31 de outubro, permitindo que o Comitê utilize os resultados na reunião presencial de dezembro para definir o planejamento estratégico futuro.

Foi retomada a discussão sobre o PL nº 2158/2023, que dispõe sobre a venda de medicamentos em supermercados. Jaqueline Rocha (SECTICS) confirmou a aprovação do texto substitutivo no Senado, que inclui a obrigatoriedade da criação de uma farmácia em espaço privativo no local e com a presença de farmacêutico em tempo integral de funcionamento. Contudo, ela alertou sobre um conflito legal: o substitutivo não revoga o artigo 19 da Lei nº 5991/1973, que dispensa a obrigatoriedade da assistência técnica e responsabilidade profissional em supermercados. O Comitê e as entidades devem continuar a negociação na Câmara dos Deputados para dirimir este e outros aspectos.

Célia Chaves (FENAFAR), analisou o projeto de lei de venda de medicamentos em supermercados sob uma perspectiva sanitária e estratégica, alertando que a luta está longe do fim. Ela reconheceu que o substitutivo aprovado no Senado se caracteriza por melhoria em comparação à proposta inicial. No entanto, enfatizou que o Comitê não pode diminuir a atenção dada ao assunto até que o processo legislativo seja concluído. A preocupação sanitária permanece, pois é fundamental garantir que o medicamento não circule livremente dentro do supermercado ou à mercê e à disposição de qualquer pessoa, sem a exigência de um controle rigoroso. Ela ainda levantou a preocupação trabalhista sobre como será o regime desses profissionais e se as novas farmácias serão de fato reconhecidas como estabelecimentos de saúde. Também destacou o risco da banalização da farmácia tradicional a longo prazo, argumentando que, diante do cenário de conquista dos

supermercados ao direito de vender medicamentos, isto poderá direcionar a um falso entendimento às farmácias tradicionais para se consolidarem como minimercados. Como a lei atual não estabelece o que não pode ser vendido em farmácias, esse ponto de vista pode abrir margem para as grandes redes aumentarem a oferta de produtos não farmacêuticos em seus estabelecimentos, levando ao maior risco de presumir o medicamento como uma mercadoria qualquer, visão a qual o Comitê sempre buscou evitar e que exigirá uma nova e grande luta no futuro.

ENCERRAMENTO:

A reunião foi encerrada às 12h14min.